

Galvêas prevê mudanças com pagamento da dívida externa

1 JUN 1984

JORNAL DE BRASÍLIA

Os critérios de renegociação da dívida externa brasileira podem mudar, com a reunião do próximo dia 14, com outros devedores — México, Argentina e Colômbia — admitiu ontem o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, com a ressalva de que a participação num eventual comitê de devedores é assunto de decisão exclusiva do Presidente da República.

Na área interna, o ministro da Fazenda garante que a meta monetária de 50% de expansão este ano não será alterada, e promete que no segundo semestre haverá uma relativa folga na liquidez. Galvêas também anuncia solução para a agricultura: o governo vai fazer uma prorrogação de 30 dias de custeio rural, dentro das operações de EGF.

A entrevista

São estes os principais trechos da entrevista:

P — A Bolívia pediu moratória de quatro anos, que reflexos tem para o Brasil?

R — A Bolívia já estava com os pagamentos suspensos há um ano. Uma declaração hoje de moratória apenas oficializa uma posição que a Bolívia já vinha mantendo há um ano. Por isso, pelo que posso sentir, não teve maior repercussão na comunidade bancária internacional. Do ponto de vista do Brasil, isso não afeta nada. Nosso relacionamento com a Bolívia não sofre absolutamente nada.

P — A decisão da Bolívia não ajuda aos países devedores?

R — Não dá para fazer esse julgamento. O julgamento é aquele que temos feito sempre. Cada país é um país. Cada país tem suas características próprias, tem a sua estrutura de dívida externa, tem um relacionamento com a comunidade internacional. Então, o problema da Bolívia é um problema boliviano. Não é um problema que possa servir de comparação ou de modelo.

P — Outros países podem também pedir moratória?

R — Acho que outros países já fizeram, já suspenderam pagamentos também por tempo determinado.

P — Mas o mercado financeiro está vivendo há alguns dias uma certa intranquilidade com a crise no Continental Illinois. A essa moratória da Bolívia, apesar de a dívida ser pequena, não pode contribuir para maior intranquilidade?

R — Acho que não. O problema do Continental Illinois é um problema interno dos Estados Unidos já conjurado. Acho que o problema do Continental Illinois serviu para mobilizar os outros bancos e as autoridades americanas para dar uma demonstração de que estão preparadas para enfrentar uma situação desse tipo. E a Bolívia não chega a provocar nenhuma modificação no comportamento do sistema.

P — O que o sr. espera da reunião dos devedores — Brasil, México, Argentina e Colômbia — no dia 14? A partir daí o sr. acha que há novo estágio na negociação?

R — Não há aí nenhum sentido de negociação. Espero que haja um entendimento entre os quatro países. É uma conversa para explorar os temas que estão mencionados na nota dos presidentes. Não se pode adiantar mais nada do que aquilo que está na nota. Ela realmente especifica as preocupações, que são o protecionismo na área do comércio e as altas taxas de juros pelo seu impacto multiplicado sobre o balanço de pagamentos.

P — Não seria importante um comitê de devedores já que os credores estão organizados num?

R — Não, não considero. E acho que tudo isso é motivo de discussão nos vários fóruns internacionais, muita gente tem opinião diferente sobre esses assuntos, mas nós não nos pronunciamos sobre isso.

P — O sr. concorda que essa seria a posição brasileira, não de clube, mas uma ação comum dos devedores?

R — Nunca dissemos isso. O Gover-

no brasileiro nunca manifestou esta intenção, mas de qualquer forma é um assunto que só poderia ser colocado em forma de decisão do presidente Figueiredo. Até ele não se manifestou nesta direção. E nem instruiu os seus ministros a falarem sobre esse tema. De modo que, o que o Brasil tem hoje é a continuidade das negociações que vem fazendo, procurando obter as melhores condições para reescalonar sua dívida e certamente procurando esse apoio político e a compreensão por parte dos países industrializados para entenderem que algumas medidas de política interna dos seus países têm profundos reflexos sobre os países em desenvolvimento.

P — O sr. vê alguma vontade política dos países industriais resolverem a situação dos devedores?

R — Vejo. Não só vejo como isso está escrito e divulgado pela imprensa. Várias manifestações dos governos dos países industrializados nessa direção, dando esse apoio, revelando essa compreensão.

P — Madeira Serrano, diretor do BC, disse que, ou se tem uma solução da matéria ou então vai ser muito difícil resolver o problema da dívida todos os anos. O que o sr. está esperando até o final do ano de mudança nas condições?

R — Vejo nisso também uma forma sobre a qual os outros analistas têm se manifestado através da imprensa. O problema central é o das taxas de juros, que são muito elevadas. E isso faz com que as repercussões negativas sejam muito pesadas sobre o nosso balanço de pagamentos os nossos produtos exportáveis, os investimentos estrangeiros. Esta é a nossa queixa. O que nós esperamos é que sejam tomadas medidas em diversas áreas que possam levar a uma redução das taxas de juros.

P — O sr. considera possível conseguir 15 anos para pagar a dívida e eliminar o "spread"?

R — Nós temos procurado obter isso nas nossas negociações. Tanto com os organismos oficiais como com os bancos privados: maior prazo e menores encargos financeiros. Essa é a tônica dos negociadores que têm representado o Brasil, nesse reescalonamento da dívida. Vamos prosseguir nessa direção. Mas não temos mencionado prazos e nem condições específicas. É aquilo que puder obter. Trabalhamos para obter o máximo, se for possível obter 100 anos, seria melhor do que obter 10 anos.

P — O contexto atual ajuda a negociação?

R — Acho que em cada negociação, gradualmente temos conseguido condições mais favoráveis. Tanto no caso do Brasil como de outros países. Então acho que essa mobilização da consciência internacional tem favorecido o entendimento de que essas condições têm que ser gradativamente melhoradas. Até chegar a uma solução mais definitiva, que é problema do nível da taxa de juros.

P — O sr. espera essa solução para este ano?

R — Acho que ninguém pode dar uma de pitonisa nesse caso da taxa de juros. Todos nós esperamos que a taxa venha para um nível razoável, para um nível tecnicamente justificável. Mas quando, ninguém sabe... que seria alguns pontos de percentagem acima da taxa internacional de inflação.

Itamaraty

P — O eixo onde é tratada a negociação da dívida externa parece que está mudando, incluindo o Itamaraty. Há quem diga que puxaram o tapete da área econômica.

R — Não costumamos responder às provocações. As coisas são todas nas áreas de provocações. E às vezes até em sentido negativo de criar tensões dentro do Governo. Nosso entendimento com o Itamaraty é perfeito. Trabalhamos em todas as áreas onde existe participação da Seplan, Fazenda ou Relações Exteriores. Na maior harmonia. Uma coisa é você mobilizar políticos, presidentes dos países e a opinião pública internacional, fazer manifestação política

dos presidentes. Outra coisa é sentar na mesa das negociações com os banqueiros. Então entre a negociação, a atitude pragmática e a estratégia da negociação e um apoio político, de alto sentido político, vai uma boa diferença.

P — O Itamaraty passa então a dar um apoio político à discussão técnica?

R — Isso sempre houve. Acho que agora houve uma manifestação expressa dos quatro presidentes, da vontade política dos presidentes dos quatro países. Isso é um trabalho de chancelaria.

P — Mas os critérios e parâmetros de renegociação da dívida podem mudar?

R — Podem. Não sei quando nem em que espécie. É evidente que procurar uma consciência política, um apoio político para esses países em desenvolvimento vai em direção de abrir o comércio para os produtos de exportação e conseguir prazos mais dilatados, encargos menores sobre a dívida. Esses são fundamentos básicos, é a essência do problema e eu acho que as especificações surgem nas negociações.

Argentina

P — É possível que o FMI feche o acordo com a Argentina nas condições que ela exige?

R — Isso é um problema entre a Argentina e o FMI. Não cabe a mim nenhum comentário.

P — E o empréstimo feito pela Argentina que vence hoje? O Brasil vai dar mais prazo?

R — Se ela pedir estamos preparados para adiar.

P — Mas se a Argentina conseguir acertar um acordo que não implique em recessão e promova a retomada do desenvolvimento, isso não iria aumentar as pressões da sociedade contra o acordo brasileiro?

R — Também não tiro nenhuma ilação entre os dois programas. O programa brasileiro é brasileiro, fomos nós que o fizemos. Porque entendemos que precisávamos acelerar o reajustamento na área externa, precisávamos reduzir o déficit do setor público, reduzir o quadro de subsídios que provocava inflação, isso fizemos de iniciativa nossa. Depois de fazer nosso programa é que o oferecemos ao FMI. Nós o estamos seguindo porque é nosso.

P — E a nível interno, há condição de uma expansão monetária de 50% ser mantida até o final do ano?

R — Eu acho que temos condições. Já vamos entrar no sexto mês do ano atravessando a fase mais baixa da contenção monetária. A distribuição dos ônus da política monetária sobre os 12 meses do ano é mais pesada no primeiro semestre. A partir de agora é que se alivia um pouco. Se nós fomos capazes de conduzir a política monetária até agora, com mais facilidade conseguiremos levá-la até o final do ano.

P — O Governo estaria propenso a renegociar essa meta com o FMI?

R — Isso é palpite das fontes muito boas que estão dizendo isso. Não há nada. A não ser que o presidente da República mude isso ou o ministro do Planejamento, ou da Fazenda, ou o presidente do Banco Central, no conjunto, isso não muda.

P — Há ou não necessidade de se mexer nesta meta? Porque tecnicamente o Governo está conseguindo manter a base monetária, mas por outro lado, a dívida pública está crescendo...

R — Nós temos tido uma pressão na área das contas cambiais, porque o superávit está aí. Mas o fato da dívida crescer para absorver os meios de pagamentos gerados pelo saldo comercial está no contexto de qualquer política monetária. Também não é novidade. O fato é que não há com o que se preocupar, nem com muito à frente, nem com a condução da política a cada momento. Estamos realizando a política aprovada pelo CNM e vamos continuar assim. Até que, se for o caso, podemos reavaliar isso e submeter o assunto novamente ao CMN. O que não é até agora nenhuma posição das autoridades monetárias.